

HABITAÇÃO 2006

Janeiro 2006

1. Estórias de terrenos e demolições

Agora...21-01-06

Após Job Capapinha ter sido convocado pela Assembleia Nacional para de viva voz prestar esclarecimentos sobre as incomensuráveis queixas que chegam ao Parlamento relacionadas com a concessão de terrenos e demolição de casas, nos corredores do governo provincial de Luanda (GPL) e serviços dependentes vive-se um ambiente da maior especulação e expectativa.

Segundo apurámos de fonte segura, após ter sido "Espremido" na semana passada, pelos deputados da primeira e nona comissões, Job Capapinha terá já na sua posse os despachos para fazer rolar algumas cabeças, entre os quais avultará a de Victor Fernandes.

O director dos Serviços de Fiscalização, regressado nesta terça-feira da África do Sul, encontrou o pessoal do órgão que dirige "praticamente sem trabalhar à espera que ele seja exonerado", como nos foi revelado.

Por outro lado, algumas das mais recentes nomeações de Capapinha estão a ser alvo de contestação, como é o caso do novo administrador municipal do Cazenga. "O Nando Galinha foi segundo Secretário do MPLA em Luanda onde foi um mau gestor, não fez bom serviço no GPL e agora, para grande surpresa, aparece como administrador do Cazenga".

No Cazenga foi-nos descrito o facto de, no complexo escolar do terceiro nível, se estar a cobrar ilegalmente 100 dólares para uma matrícula da 7ª classe. "Até nas duas salas para a iniciação também se cobram 100 dólares", garantiu a mesma fonte, ironizando que o "Santiago (o director do complexo) vai ficar rico". De acordo com o que nos revelou, as duas salas da classe de iniciação estão sob tutela do director provincial de Educação, André Soma.

Mas são, contudo, as sérias "makas" de concessão ou vendas de terrenos que agitam a actual gestão de Capapinha. "Exceptuando o Benfica I e II, o GPL nunca mais distribuiu terrenos", garantiu-nos uma segunda fonte, para quem "Capapinha centraliza tudo.

Nem o Júlio (administrador de Viana) nem o Lima (administrador de Cacuaco) distribuem mais terras".

Neste município, bem como nos da Samba e Kilamba Kiaxi, "só que se passam títulos de concessões a grandes empresas ou à pessoas

influentes", acusou a mesma fonte. A ideia que fica do contacto com os nossos interlocutores é a de "que "não existe uma política de venda e distribuição de terrenos. O GPL tem uma saia de arquivo que devia estar actualizada e a lei dá 90 dias para se responder ao requerente, mas este nunca obtém resposta". Capapinha não terá entrado com pé direito no imponente e histórico edifício do GPL. Tanto será assim que, no plano político, é um governador fragilizado, prisioneiro de contenciosos que remontam a um inquérito de que foi alvo, anos atrás, como administrador do Kilamba Kiaxi. Durante o seu consulado, como nos foi assegurado, ele ter-se-á apoderado - vendeu a ele próprio, foi a expressão da fonte - de um importante terreno na zona das bolinhas, nome dado em alusão ao formato das creches infantis ali construídas, no bairro do Golfe. Seria um extenso terreno com uma enorme dimensão de 5X5, ou seja, com cinco quilómetros de cumprimento e o mesmo de largura.

"Isso obrigou que fossem partidas 70 casas de populares", acusa a segunda fonte, que já trabalhou vários anos na fiscalização de demolição de casas. À sua conta, Victor Fernandes é também acusado de alugar viaturas de remoção a um indivíduo que apenas nos foi identificado por Marquinho, seu suposto genro ou que manteria uma relação amorosa com uma filha do director dos Serviços de Fiscalização que tem dupla subordinação ao Ministério do Interior e ao governo de Luanda. As suspeitas de mútuo favorecimento derivarão do facto de Marquinho, além de possuir uma oficina de viaturas na via de São Paulo, alugar meios utilizados na demolição de casas. "As últimas demolições no Palanca foram feitas sem mandado e os proprietários não foram sequer notificados", disse a nossa primeira fonte.

Capapinha atravessa, isso é público e notório, um mau momento da sua governação. Mas tendo sido a sua nomeação da única e exclusiva responsabilidade do Presidente da República, este certamente não ignorará a velha máxima de que à mulher de César não basta ser séria, é preciso também parecê-lo.

Fevereiro 2006

1. Aguas agitadas no Panguila

O Independente... 04-02-06

Situada a norte do município do Cacuaco, a comuna do Panguila deixou de ser conhecida apenas pelas suas barracas de comes e bebes que aos fins de semana atraía e ainda atrai centenas de cidadãos que para aí se deslocam em busca de urna boa feijoada de óleo de palma, cacusso grelhado e maruvo da Funda.

Na sequência dos desalojamentos de vários cidadãos que habitavam em zonas de risco, o governo entendeu construir nessa área um bairro de casas de baixa renda para realojar os que saíram da Boavista, Chicala e outros locais, à semelhança do bairro do Zango. O problema é que as casas do Panguila, por terem sido construídas com materiais de fraca qualidade e técnica duvidosa, cerca de dois anos depois de serem habitadas, muitas delas apresentam fissuras nas paredes e tectos. O bairro em si, quase nunca tem água nem electricidade de forma que os habitantes são obrigados a recorrer a alternativas para conseguirem esse dois bens essenciais.

Dessa forma, muitos habitantes desse bairro preferem mudar - se para outras áreas com melhores condições de vida, ainda que as casas sejam de qualidade inferior.

Recentemente um grupo de moradores dessa comuna enviou aos órgãos de informação um abaixo - assinado onde declaram peremptoriamente que o governo não deverá contar com eles para as eleições, enquanto a sua comuna não for abastecida de água, electricidade e asfalto, condições prometidas pelo Governo na altura da sua instalação. Mas os problemas do Panguila não se esgotam aí. Situada no enfiamento das praias do Sarico, em linha recta, essa comuna corre o risco de um dia vir a ser varrida do mapa pelas águas do mar. É que a costa marítima por detrás da comuna está completamente devastada pelos exploradores de inertes, neste caso, areia, que sem qualquer respeito pelo ambiente, abrem buracões, derrubam árvores, desmatam, de tal maneira que um dia que haja uma calema um pouco mais forte que o normal, nada impedirá as ondas de varrerem essa área podendo até vir a cortar a estrada Luanda - Caxito. Com a mira nos lucros e no dinheiro fácil, os governantes que cederam as concessões para a extracção de areia não estabeleceram limites.

Os «garimpeiros» por sua vez, querem é encher os camiões sem se preocuparem com os efeitos da sua acção sobre o ecossistema. Ainda é tempo de alguém impor regras nisso.

2. A nova cidade cresce mais a sul

O capital... 04-02-06

Se um dia falassem, na certa que os condomínios que crescem em Luanda contariam histórias do arco-da-velha sobre a forma como são processadas a distribuição dos mesmos entre as pessoas.

Se àquelas casas fosse dada um dia a possibilidade de cores malabarismos que visam a exclusão de quem na verdade necessita de uma moradia. Pena

é que as casas não falam, por isso permanecerão escamoteadas no segredo dos deuses as verdades sobre uma Luanda que cresce a sul

A cidade de Luanda continua a crescer ao sul, onde nos últimos anos se assiste a uma intensa romaria de populares tendentes a encontrar talvez a paz de espírito que não encontram na cidade grande, repleta de grande agitação provocada por engarrafamento, lixo e casas erguidas de forma aleatória. Com uma vizinhança seleccionada, quem visita aquele local acaba por constatar padronizadas, de elevada qualidade arquitectónica. É o caso, por exemplo, do condomínio Jardins de Talatona, um projecto imobiliário pertença da Gestão de Fundos, inicialmente concebido para acomodar os antigos combatentes. Os quatro edifícios que perfazem um total de 72 apartamentos, não beneficiam, propriamente, o segmento populacional que obrigou a sua criação, mas obedece, por seu turno, aos reais padrões urbanísticos. O administrador do condomínio, Fernando Santos, mostrou-se optimista quanto ao sucesso da empreitada, mesmo que, bem vista as coisas, não servir a todos os interessados naqueles apartamentos.

A enfrentarem ainda um grande problema habitacional, vários são os apartamentos completamente vazios, a reclamarem pela entrada de mais inquilinos, a tal ponto que se reclama do subaproveitamento, por ausência de rentabilidade, dos seus serviços complementares, como é o caso das áreas comerciais. É que dado o défice de moradores, fica quase difícil desenvolver a vida no local, algo que, no entanto, seria possível caso a cedência das casas não se circunscrevessem aos vários procedimentos burocráticos.

Os edifícios que conformam o projecto <jardim de talatona são caracterizados como uma propriedade do tipo horizontal, o que pressupõe dizer que a gestão de fundo não se trata da única proprietária do imóvel, visto que pessoas há que adquiriram as fracções, compraram apartamento e tornaram-se também proprietários. Ao contrário do que acontece noutros países, onde tais iniciativas conformam já um expediente num condomínio em Angola, mais do que uma necessidade, configura ainda um luxo, uma espécie de modismo, sobretudo para gente afortunada. Todos os condomínios habitacionais «checados» contam com uma administração, cuja tarefa é velar pela segurança e outras preocupações dos vários condóminos. «É isto que diferencia esses edifícios daqueles existentes em Luanda, regozijou-se Fernando Santos.

Aliás, quem há muito acostumou-se com a vida no centro da cidade em Luanda, onde as pessoas atiraram para as calendas gregas as regras básicas da sã convivência em condóminos, é capaz de enfrentar sérias dificuldades quando o assunto é lidar com as várias exigências dos projectos que

crecem a sul de Luanda. Os vários edifícios que se acham no centro do completo estado de degradação, contam com uma comissão de moradores muitas vezes inoperante, com desastrosos resultados na manutenção dos mesmos. O mesmo já não acontece com os projectos que crescem, exponencialmente, na parte sul da cidade, em que as pessoas se vêem obrigadas a pagarem, mensalmente, uma taxa de condómino suficiente para custear as despesas inerentes à limpeza e a manutenção de projectos do género.

QUANDO HÁ (TAMBÉM) ESPINHOS

Mas nem tudo tem sido um mar de rosas no que à política de condomínios habitacionais diz respeito. No tão propalado projecto «Nova Vida», a segurança, por exemplo, já foi coisa do passado. As várias pessoas abordadas por este jornal queixaram-se, amiúde, das porém, algumas pessoas, como Una Assis, funcionária do BFA, dizem ter valido a pena optarem por este tipo de projecto. Não foi preciso muitas voltas à cabeça para que ela e o companheiro tomassem tal decisão. «Fomos atrás de um modo de vida diferente daquilo que se tem na cidade, distante de muita agitação, onde as pessoas não respeitam a privacidade dos vizinhos», justificou-se. Antes de se transferir para o «Nova Vida» Una vivia na Maianga, num apartamento de apenas um quarto, em que pagava nada modestos 400 dóares. «A minha pior reclamação prendia-se com a falta de higiene do prédio e as questões relacionadas com a segurança, além de que sempre que fosse ao trabalho temia que o pior pudesse acontecer aos meus filhos já que eram muitas as crianças que caíam do prédio», explicou. Na nova fase da sua vida, às vezes ficava com a impressão de estar a viver fora de Luanda, tal era a calma na zona.

Mas como não há bela sem senão, as coisas mudariam de figurino nos dias que correm, a partir do momento em que ela e a sua família passaram a ser incomodados por marginais, mesmo com a garantia policial de que a situação estaria sob controlo.

Quem também não tergiversou tão logo surgiu-lhe a oportunidade de se mudar para uma casa mais bem acabada no projecto habitacional «Nova Vida» foi dona Cândida, solteira de 42 anos. Deu vida à sua imaginação, porquanto sempre «sonhei em ter uma casa boa». Além de ser de maior dimensão, possui um desenho arquitectónico de causar inveja. Mas para ela, há ainda aspectos que julga serem negativos e, por isso merecer alguma ponderação, para aquelas pessoas que se pretendem transferir para o local. «É preciso ter em linha de conta que por cá não existe hospitais e escolas para atender nos momentos mais críticos», advertiu.

São pormenores muitas vezes ignorados pelos mentores de tais iniciativas mas que têm estado a fazer grandes diferenças para aqueles moradores.

«Este tem sido o maior problema aqui, uma vez que somos obrigados a socorrer-nos ainda do centro da cidade de Luanda quando o assunto é a saúde e a educação», lamentou. Mesmo com o crescente número de empreendimentos habitacionais a crescerem por Luanda por metro quadrado, o certo é que são ainda insuficientes para satisfazer a grande procura por habitação, facto que leva os técnicos do sector a defenderem a necessidade de implementação de iniciativas mais económicas, ao alcance de todos os bolsos. Fernando dos Santos, o administrador do projecto habitacional «Jardins de Talatona» é de opinião que o «Estado deveria criar uma política de renda .

3. O bairro e um sapato velho, são sinónimos absolutos

A Capital... 04-02-06

Um bairro onde muitos dignitários detêm sumptuosas casas, mas que permanecem impávidos ante a sua completa degradação. O que acontece no Prenda é bem a prova de que os santos da casa, no fundo no fundo, não fazem mesmo milagres.

Quem olha para a sumptuosa casa do ministro das Obras Públicas, Higino Carneiro, tão-somente a estrela mais cintilante entre os vários dignitários que habitam o bairro Prenda, certamente que lhe permanecerá a ideia de que tudo naquela zona é um mar de rosas. Mas, sem bem visto por dentro, as coisas não acontecem tal qual se pensa. A imponente casa de Higino Carneiro, algures na Rua dos Militares, agora em fase avançada de reabilitação onde a degradação é vista a olho nu.

É que depois dos edifícios, a deterioração atingiu também as estradas, onde os esgotos acabam por carcomê-la aos poucos, inundando-as por completo, além de que tem provocado profundos buracos que dificultam não só o trânsito automóvel, mas também o de pessoas. Saladino Pegado é um morador do Prenda que se mostrou profundamente chocado com o calvário por que passa um bairro «que já foi um dos mais limpos, mas que agora está transformado numa profunda lixeira». Não encontra palavras para qualificar o bairro. «Está mal, está um nojo», resume desta forma a pobreza em que se transformou o «seu» Prenda.

Conta com 25 anos de idade, mas Saladino ainda mostra alguma saudade da sua infância e adolescência, em que tudo aquilo que hoje se vê nem tão pouco se e os esgotos conheciam manutenção regular», recordou.

Mas hoje tudo mudou. E para pior. «Parece que o Prenda não estava preparada para suportar tamanha demanda populacional», facto que acelerou ainda mais o seu já chocante saneamento básico. Gilberto Missua partilha da mesma

opinião de Saladino Manuel. «A continuar assim, não há bairro que resista», pelo que se clama por uma intervenção urgente, «enquanto ainda é tempo».

Ele, por exemplo, adicionou mais um item ao rol de problemas com que o bairro Prenda se debate: o lixo.

«Parece não existir uma fórmula para combater este mal», pois já foram gizadas várias políticas, mas quase nenhuma venceu. Queixa-se, por outro lado, do trabalho fora dos padrões estabelecidos desenvolvido pela empresa de limpeza Rangol, a quem acusa de «transformar o bairro no seu estaleiro», algo inadmissível sobretudo numa zona residencial.

«O lixo tem sido um verdadeiro problema e um dos grandes responsáveis pelas doenças de foro palúdico que, geralmente, se registam no centro de saúde aqui do bairro», reconheceu. Mas isso, segundo acrescentou, não pode explicar de forma nenhuma a balbúrdia que a empresa encarregue pela recolha de lixo naquela zona (Rangol) tem estado a protagonizar, sobretudo às noites, quando as máquinas chegam a interromper o sono dos moradores que vivem próximos do local de recolha.

«Aquela operadora continua a não encontrar solução para colocar um fim ao problema do lixo, não consegue dar resposta ao problema dos esgotos que estão a transformar o bairro numa semi-lagoa», lamentou. O bairro cresceu, exponencialmente, em termos populacionais, mas regrediu, completamente, naquilo que são as suas infra-estruturas básicas, como as estradas ao longo do bairro, os esgotos que rebentam pelas costuras, enfim, é proibido falar de saneamento básico naquele bairro. Na verdade, o Prenda e um chiqueiro passaram a ser sinónimos absolutos, a tal ponto que até porcos são vistos num bairro cuja concepção tinha como principal objectivo a construção do que se supunha ser uma cidade universitária. Como se não fossem só estes problemas, há ainda o facto da água ser uma grande dor de cabeça para os moradores, que se viram obrigados a construir tanques subterrâneos (para quem tem dinheiro) para o armazenamento de água.

Embora de forma titubeante, a energia é ainda umas das coisas que tem merecido algumas boas referências, conforme defenderam a maioria dos moradores abordados. O bairro está feito um lugarejo de imundície e dificuldades de toda ordem. Saladino Pegado Manuel de quem já falamos anteriormente, diz que o bairro retrocedeu muitos anos. Como acontece com todos os bairros degradados, no Prenda também tudo caminha para o pior, donde passou a não ser novidade para ninguém a subida vertiginosa do índice de criminalidade, com cada vez mais jovens envolvidos, num bairro cujo patrulhamento policial tem muito que se lhe diga. Tanto

Saladino, como Gilberto, chamam de «morcegos» aos jovens que têm estado por detrás dos sucessivos roubos de telemóveis, objectos em ouro e violações. «Morcegos» porque em grande parte actuam no período nocturno e estão sempre atentos a «sugar» os telemóveis e todos os haveres alheios.

«Confesso que se tivéssemos um patrulhamento a altura, a história da delinquência no Prenda seria totalmente diferente», referiu o jovem estudante universitário. Às tantas, os moradores já não sabem a quem reclamar, dado que até mesmo os rostos sonantes do dirigismo nacional marimbam-se com o real estado da zona, o que reforça o velho adágio de que os santos da casa não fazem milagres. Enquanto tal estado de coisas permanecer, o certo é que até mesmo com a sumptuosa casa do actual ministro das Obras Públicas, Hígino Carneiro permanecerá imponente, velocidade.

É o mesmo que um porco no interior do um curral, totalmente lambuzado, mas com anel de ouro preso no seu focinho. Não deixa de ser um porco, mesmo com um objector com algum valor.

4. Cidadão constrói casa no interior de uma viatura

Folha8-04-02-06

O autor da façanha chama-se Evangelista Jorge da Silva, 54 anos de idade, natural de Luanda, morador do bairro Boavista, município do Sambizanga. Há quase 20 anos que exerce o trabalho de pesca na famosa praia da Boavista também conhecida por "molhada". Devido à pressão da polícia fiscal que visa (va) combater a pesca ilegal, ao longo da baía, Jorge da Silva, juntamente com outros companheiros de trabalho, viu-se forçado a abandonar a actividade que exercia já que perdia constantemente, para a polícia fiscal, os seus meios, entre os quais, chatas e redes, incluindo o seu casebre que se situava à beira do mar, no triste ano de 2001. Assim, começava a aventura de Um autóctone em busca de uma outra vida que havia perdido por cumprir uma decisão legal do Estado. Sendo a habitação uma das três necessidades vitais do homem, a par da alimentação e o vestuário, o cidadão que Luanda viu nascer no longínquo ano de 1952, optou por fazer primeiro uma nova casa para morar.

E, não havendo espaço para erguer, fê-la, curiosamente, no interior de uma viatura abandonada há muitos anos, tal como conta à nossa reportagem

:"Depois de tanta pressão por parte dos fiscais, eu não tinha mais que fazer, porque perdi os meus materiais de trabalho e depois a minha casa, achei por bem aproveitar a carcaça de uma viatura que

se encontrava na rua abandonada e pedi aos meus amigos que me ajudaram a transportá-la". Explica, e sem olhar a meios, depois de removida a carcaça de 6 metros de comprimento e 4 de largura para a zona desejada, o interlocutor aproveita os resíduos de material de construção da vala de drenagem deixadas pelas empresas que estão a reabilitar e ampliar a estrada da Boavista, começando por tapar os buracos do esqueleto. "Depois de conseguir transportar a carcaça, aproveitei tapar alguns buracos que havia na mesma e até fazer algumas divisões da casa em pequenos quartos. Aproveitava a massa de construção que restavam na construção das valas de drenagem que se faziam aqui na Boavista por uma empresa de construção", acrescenta Jorge da Silva, salientando que o trabalho teve os êxitos desejados por contar com a prestimosa ajuda de alguns amigos experientes em construção civil. Aos poucos, o ancião via o seu sonho tornando-se realidade e o final do ano de 2001 serviu de inauguração da casa inicialmente com um quarto, uma sala, uma cozinha e uma casa de banho repartidos todos por cerca de 2 metros de largura e cerca de 3 de comprimentos.

"Primeiramente só tinha uma sala, um quarto e um pequeno túnel, depois aumentei uma parte que serviu de cozinha e casa de banho", disse o ancião que vive no mesmo há já cinco anos. "Estou aqui há cinco anos, mas a minha construção ainda não acabou", diz o nosso entrevistado, anunciado ter uma outra aventura pela frente, isto é, fazer um primeiro andar, mas sem avançar datas do início das obras. O interlocutor mostra-se confiante quanto à concretização deste desafio (construir o primeiro andar). "Eu vou conseguir pôr o primeiro andar aqui e vocês vão ver", promete o ancião, acrescentando posteriormente que "Quando estive a montar esta casa pouca gente acreditava, outros chamavam-me de maluco, mas hoje ela faz admirar muita gente e muita gente ainda vai ficar entusiasmada quando virem aqui o primeiro andar", afirma.

Evangelista Jorge da Silva, diz enfrentar abusos de apedrejamento praticados pela vizinhança que lhe tiram o sossego. "Eu não sei porque é que sou tão perseguido pelos vizinhos principalmente os jovens.

A minha casa como fica abaixo da montanha, eles jogam pedras, atiram garrafas, lixo e outras coisas mais por cima dela", lamenta o interlocutor que mesmo assim considera um mal que, "felizmente não tem sido suficiente para deteriorar a casa", admite, continuando que "eu não sou maluco, esta minha casa é dura, eles podem atirar o que quiserem mas não vão conseguir destruí-la", desafia o ancião. O interlocutor aproveitou o fio de diálogo para dizer ao repórter que não teme a época chuvosa. "Vem a chuva ou o vento nada vai destruir a minha casa, porque quase tudo que esta nela é ferro, eu já estou aqui há cinco anos e

nunca a chuva me preocupou", garante. Separado da esposa com a qual teve uma filha, Jorge da Silva, vive sozinho e como forma de subsistência, depende de alguns trabalhos como vendas de areia e pedras para construção, e outras actividades na agitada praia da "molhada". E visível no rosto agastado deste autóctone o seu orgulho para com a casa que possui e como forma de manifestar este desejo diz que pretende permanecer nela até à morte. É "uma casa que construí com muito esforço, orgulhoso muito dela e nunca gostaria de abandoná-la". Pela forma da casa, o nosso interlocutor tem conseguido observar a olho nu algumas práticas de criminalidade ocorridas naquelas paragens. "Eu aqui vejo tudo, porque a minha casa me permite fazê-lo através das minhas janelas. Aqui há muita bandidagem, mas dificilmente se vê o carro da polícia a patrulhar nesta área e, devido a isso, os meliantes fazem e desfazem", denuncia.

Durante a reportagem, o jornalista é convidado a visitar demoradamente o interior da residência. No interior está uma porta pequena que dá acesso directo à cozinha; e depois está a sala que se apresenta sob forma de um corredor, à direita pode-se divisar o quarto de banho e à esquerda o quarto do proprietário. Esta parte é a que ocupa a maior parte da carcaça. No quarto está uma cama e uma pequena banca localizada a poucos metros da cabeceira, em que está um candeeiro e alguns livros. Do outro lado do quarto está um túnel, onde o ancião aproveita o clima (luz natural e muito ar) para fazer leituras. Após se ter apreciado o interior da casa, o ancião convida outra vez o repórter a apreciar o tecto da casa. Para permitir uma visão mais exacta do tecto, o interlocutor conduziu-o a uma zona montanhosa por trás da casa. O tecto, cuja primeira composta de cimento reforçado com alguns ferros, permitindo o escorrer das águas da chuva. "Estás a ver bem o tecto, eles podem atirar as coisas que quiserem, pode vir a chuva ou o vento, isto não vai ser destruído", explica com tranquilidade.

O que pensavam os vizinhos Com o propósito de se inteirar sobretudo como tem sido a vivência de Jorge Silva com os vizinhos, o folha8 abordou alguns. A opinião destes (vizinhos) varia: muitos consideram tratar-se de um facto raro que da orgulho, enquanto outros se limitam a lamentações.

"Isto aqui que o vizinho fez é um exemplo de que o Angolano é inteligente como qualquer outro cidadão neste mundo. Eu acredito que isto alegra e admira as pessoas porque é algo raro e é admirável ao mesmo tempo um espectáculo" opina Quintinha da Graça, uma das vizinhas mais próximas do Jorge Silva, que considera ter boas relações com o mesmo. " Eu pelo menos me dou muito bem com ele, a única preocupação que me tem chocado muito é quando os moços atiram latas, pedras na casa do vizinho, isto me entristece

muito". Já Gomes Chongo, igualmente vizinho acha que é um caso triste. "Nos estamos male, a pobreza é demais porque eu acredito que uma pessoa com dinheiro aceite viver nesta casa que é mais semelhante a uma capoeira onde vivem galinhas.

O que acontece em Angola é lamentável porque enquanto uma pessoa não tem abrigo, outras compram grandes casas que custam muito caro e até no exterior do País" lamenta o vizinho. A reportagem que o folha8 acabou de abordar trata-se de um facto real, que acaba de ser uma curiosidade de grande relevância, suficientemente para despertar os interesses. Bom seria se o facto tivesse origem numa mera fantasia da imaginação do autor e que nada tivesse a ver com dificuldades financeiras mas na verdade é que o facto deve-se principalmente ao combate a pobreza, injustiças, que movem muitos autoclones as aventuras como forma de viver num "País de exclusão, onde o pobre se não fizer milagre, morre", remata o ancião Envagelista Jorge da Silva, que diz ser militante do MPLA, actual partido do poder, mas insatisfeito pela Governação.

5. Político ignora Habitação e desaloja idosa

Angolense... 11-02-06

Numa acção "abençoada" por António de Carvalho Betencurt, então administrador do Lobito, Manuel Mateus Calumbo, o homem que manuseia os dinheiros do MPLA na província de Benguela, conseguiu, pelo menos por ora, ver satisfeitos os seus anseios, sem que tivesse em conta os meios utilizados. Acontece, porém, que o caso chegou ao Tribunal Supremo, órgão que promete pronunciar-se nos próximos tempos Flávio Alencar, no Lobito Trata-se de um diferendo que se arrasta desde 2003, altura em que a cidadã Adelina Nenê Ngueve, de 70 anos de idade, viu-se obrigada a abandonar uma residência cedida pela Habitação, sita no bairro da Restinga, Lobito, hoje sob tutela de Mateus Calumbo.

Quando se apercebeu que estava a perder o seu imóvel para o antigo 10 secretário municipal do MPLA, Adelina Nenê, representada por Félix Manuel, seu familiar, decidiu levar o caso ao Tribunal Provincial do Lobito, devido ao que diz ser injustiça. Hoje, os familiares da idosa questionam a posição deste órgão de justiça.

De acordo com fontes conhecedoras do caso, um influente funcionário da Administração do Lobito havia endereçado, primeiro, uma nota ao Tribunal do Lobito na qual reconhecia que a residência é pertença de A. Ngueve, documento este que, a prevalecer, gorava as expectativas do político. Surpreendido, por achar que é um "influente membro do partido", ou não tivesse sido membro do C.C. durante treze anos, este coloca a questão

ao então administrador do Lobito, António Betencurt, que, por sua vez, "forçou" o seu funcionário a alterar o teor do documento há muito engavetado. Perante este quadro, a parte lesada não mais fez senão recorrer ao Tribunal Supremo, aguardando por um pronunciamento favorável em nome da justiça. A arrendatária residia na casa n. o 51 - R/C desde a década 60, poucos anos depois de se ter separado do marido, daí que, temendo os assaltos que ainda se verificam nos dias de hoje, decidiu coabitar com efectivos da Marinha de Guerra.

Posteriormente chegou a conclusão de que precisa contar com o apoio de uma figura influente, uma vez que os seus "inquilinos" tinham os olhos postos no imóvel". Por ironia do destino ou não, esta figura influente, que a pudesse oferecer tranquilidade e segurança, dá pelo nome de Manuel Mateus Calumbo. Contramembro do e.e. durante treze anos, este coloca a questão ao então administrador do Lobito, António Betencurt, que, por sua vez, "forçou" o seu funcionário a alterar o teor do documento há muito engavetado.

Perante este quadro, a parte lesada não mais fez senão recorrer ao Tribunal Supremo, aguardando por um pronunciamento favorável em nome da justiça. A arrendatária residia na casa n. o 51 - R/C desde na década 60, poucos anos depois de se ter separado do marido, daí que, temendo os assaltos que ainda se verificam nos dias de hoje, decidiu coabitar com efectivos da Marinha de Guerra.

Posteriormente chegou a conclusão de que precisa contar com o apoio de uma figura influente, uma vez que os seus "inquilinos" tinham os olhos postos no imóvel". Por ironia do destino ou não, esta figura influente, que a pudesse oferecer tranquilidade e segurança, dá pelo nome de Manuel Mateus Calumbo. Contra todas as expectativas, segundo ainda o relato das fontes que temos vindo citar, "as coisas acabaram por complicar-se". Depois de ter tomado contacto com a realidade, o agora secretário para área de Finanças do Comité provincial do MPLA propõe uma outra residência a Adelina Ngueve. Para o espanto desta, acabou sendo encaminhada para o Bairro da Damba Maria, arredores da cidade de Benguela, numa moradia feita de pau-a-pique e capim, onde permaneceu seis meses. Desapontada, decide regressar ao bairro da Restinga, "de onde não deveria ter saído nunca", e, para o seu desespero, encontra a residência ocupada por "homens de Mateus Calumbo".

Documentos a que este Semanário teve acesso, todos assinados pelo jurista Miguel Maiato, delegado provincial da Habitação, confirmam que o espaço em litígio foi arrendado a senhora Adelina Nenê Ngueve.

A decisão do Tribunal do Lobito, lamentam, legitima a acção de Calumbo, graças a um "empurrão" do então administrador do Lobito,

António de Carvalho. Para além da casa, de dois quartos, sala, cozinha e WC, Mateus Calumbo controla ainda um vasto terreno, onde o casal pretendia erguer uma casa maior, e uma estrutura, já transformada em escombros, anteriormente um estabelecimento comercial. O Angolense deslocou-se ao São João (Benguela), onde se encontra actualmente a cidadã, em casa de um familiar, mas não pôde manter a conserva que se impõe para mais esclarecimentos. "Há muito que ela padece de uma doença prolongada, tudo começou depois desta situação", disseram familiares.

6. Politico ignora Habitação e desaloja idosa

Angolense- 11-02-06

Numa acção "abençoada" por António de Carvalho Betencurt, então administrador do Lobito, Manuel Mateus Calumbo, o homem que manuseia os dinheiros do MPLA na província de Benguela, conseguiu, pelo menos por ora, ver satisfeitos os seus anseios, sem que tivesse em conta os meios utilizados. Acontece, porém, que o caso chegou ao Tribunal Supremo, órgão que promete pronunciar-se nos próximos tempos Flávio Alencar, no Lobito Trata-se de um diferendo que se arrasta desde 2003, altura em que a cidadã Adelina Nené Ngueve, de 70 anos de idade, viu-se obrigada a abandonar uma residência cedida pela Habitação, sita no bairro da Restinga, Lobito, hoje sob tutela de Mateus Calumbo.

Quando se apercebeu que estava a perder o seu imóvel para o antigo secretário municipal do MPLA, Adelina Nené, representada por Félix Manuel, seu familiar, decidiu levar o caso ao Tribunal Provincial do Lobito, devido ao que diz ser injustiça. Hoje, os familiares da idosa questionam a posição deste órgão de justiça.

De acordo com fontes conhecedoras do caso, um influente funcionário da Administração do Lobito havia endereçado, primeiro, uma nota ao Tribunal do Lobito na qual reconhecia que a residência é pertença de A. Ngueve, documento este que, a prevalecer, gorava as expectativas do político. Surpreendido, por achar que é um "influente membro do partido", ou não tivesse sido membro do C.C. durante treze anos, este coloca a questão ao então administrador do Lobito, António Betencurt, que, por sua vez, "forçou" o seu funcionário a alterar o teor do documento há muito engavetado.

Perante este quadro, a parte lesada não mais fez senão recorrer ao Tribunal Supremo, aguardando por um pronunciamento favorável em nome da justiça. A arrendatária residia na casa n.º 51 R/C desde a década 60, poucos anos depois de se ter separado do marido, daí que, temendo os assaltos que ainda se verificam nos dias de hoje, decidiu coabitar com efectivos da Marinha de Guerra.

Posteriormente chegou a conclusão de que precisa contar com o apoio de uma figura influente, uma vez que os seus "inquilinos" tinham os olhos postos no imóvel". Por ironia do destino ou não, esta figura influente, que a pudesse oferecer tranquilidade e segurança, dá pelo nome de Manuel Mateus Calumbo. Contra todas as expectativas, segundo ainda o relato das fontes que temos vindo citar, "as coisas acabaram por complicar-se.

Depois de ter tomado contacto com a realidade, o agora secretário para área de Finanças do Comité provincial do MPLA propõe uma outra residência a Adelina Ngueve. Para o espanto desta, acabou sendo encaminhada para o Bairro da Damba Maria, arredores da cidade de Benguela, numa moradia feita de pau-apique e capim, onde permaneceu seis meses.

Desapontada, decide regressar ao bairro da Restinga, "de onde não deveria ter saído nunca", e, para o seu desespero, encontra a residência ocupada por "homens de Mateus Calumbo".

Documentos a que este Semanário teve acesso, todos assinados pelo jurista Miguel Maiato, delegado provincial da Habitação, confirmam que o espaço em litígio foi arrendado a senhora Adelina Nené Ngueve.

A decisão do Tribunal do Lobito, lamentam, legitima a acção de Calumbo, graças a um "empurrão" do então administrador do Lobito, António de Carvalho. Para além da casa, de dois quartos, sala, cozinha e WC,

Mateus Calumbo controla ainda um vasto terreno, onde o casal pretendia erguer uma casa maior, e uma estrutura, já transformada em escombros, anteriormente um estabelecimento comercial. O Angolense deslocou-se ao São João (Benguela), onde se encontra actualmente a cidadã, em casa de um familiar, mas não pôde manter a conserva que se impõe para mais esclarecimentos. "Há muito que ela padece de uma doença prolongada, tudo começou depois desta situação", disseram familiares.

Mateus Calumbo minimiza O Angolense não conseguiu manter um contacto com Mateus Calumbo relativamente ao assunto. Um jornalista de Benguela, que teve o privilégio que ouvir o secretário para área de Finanças do MPLA, descreveu para este Jornal o essencial dos argumentos apresentados pelo político. "No meio de tudo isto, alguém pretende manchar o meu nome". Foi assim que Mateus Calumbo começou por abordar o assunto quando contactado pelo escriba. No seu contra-ataque, insurgiu-se contra António Félix, que representa Adelina Nené acusando-o de oportunista. Numa mensagem dirigida aos familiares da idosa, Mateus Calumbo diz que se deve aguardar pelo pronunciamento do Tribunal do Lobito, quando se sabe que o caso já se encontra no Tribunal Supremo. "Tenho a consciência tranquila, na medida em que solicitei

o espaço a Administração do Lobito cumprindo com todas as normas que se exigem, referiu. O secretário para área de Finanças do MPLA diz que teve de ceder um terreno ao senhor Circuito, o primeiro dos três cidadãos que requereram o imóvel.

"Foi tudo dentro de um acordo com o Circuito, por isso não vejo razões para tanta polémica", defendeu-se, para mais adiante salientar que "respeitará o veredicto final do Tribunal.

"Num gesto de solidariedade, desembolsei dois mil dólares americanos para a construção de uma outra casa para a velha Nené, acção levada a cabo por Delfina Clara, sua familiar", notou. Visivelmente preocupado, disse não perceber as razões que impedem Adelina Nené Ngueve de usufruir da mesma, quando passa muito tempo desde que a casa foi construída. Em relação ao documento saído da Administração para o Tribunal explicou que o funcionário em causa não tinha as competências para decidir nada, daí a intervenção do administrador.

7. Aumenta número de construções anárquicas

Angolense-11-02-06

Um pouco por todos os cantos da cidade de Luanda, desde o centro à periferia, regista-se, num ritmo vertiginoso, a proliferação de construções de moradias e salões nos terraços, além de oficinas, lanchonetes, garagens e pequenos restaurantes nos rés-do-chão dos edifícios.

Na opinião dos nossos entrevistados, a imagem de desordem e ausência de autoridade espelha a incapacidade das autoridades de fazer cumprir a lei em manter a ordem. "As vezes, essa desordem só acontece por causa da cumplicidade das autoridades" assegurou Pedro Futila, 26 anos, morador do prédio conhecido por "prédio da segurança de estado" no Bairro do Avó- Kumbe.

"Alguns moradores de costas largas é que ocupam os espaços do rés-do-chão para depois venderem-nos aos estrangeiros" disse, acrescentando que "geralmente os compradores são indivíduos oriundos do Congo Democrático. Eles instalam no rés-do-chão, oficinas auto e até serralharia!". Para Georgina, estudante de 19 anos que vive no mesmo edifício, a poluição sonora provocada pelas oficinas é o principal incómodo.

"Primeiro é que esta atitude de vender o espaço do rés-do-chão é uma privatização ilegal. O pior é que estas oficinas fazem muito barulho durante todo o dia", afirmou sem esconder o descontentamento estampado no rosto. "A situação começa a agravar-se de tal maneira que, nós os jovens, já pensamos em criar uma associação para lutarmos contra isto", acrescentou.

Questionado sobre a existência ou não de comissões de moradores, a nossa fonte disse: "o

problema é que às vezes os membros da comissão é que fazem essas coisas. São eles mesmos que privatizam os rés-de -chão para construírem garagens para as suas viaturas".

A nossa equipa de reportagem andou por várias ruas onde constatou a existência de moradias particulares sobre os terraços dos edifícios, a título de exemplo citamos a Avenida Brasil, a Rua Amílcar Cabral e a Joaquim Kapango.

No segundo prédio situado após o túnel na rua Joaquim Kapango existem, segundo uma fonte que vive no mesmo, 18 moradias no terraço. "O prédio tem 18 casas de banho no terraço, além dos que estão nos apartamentos. Como não estão a ser usados, alguns moradores fizeram daquilo suas moradias tipo anexos", revelou a fonte que, por razões óbvias, preferiu o anonimato. Entretanto, no município de Kilamba Kiaxi, concretamente nos prédios do Avó Kumbe, o ambiente é de total desordem. Constrõem-se nos rés-do- chão oficinas, restaurantes, garagens, etc. Inclusive, alguns proprietários ostentam, a despeito de qualquer reivindicação, alvarás do Ministério do Comércio e documentos (licenças) do Governo Provincial de Luanda (G.P.L.).

"Às vezes a inspecção passa por aqui para fazer notificações, se você não tem documento basta dar um gasosa e tudo fica entre família", confidenciou-nos o jovem Carlos, proprietário de uma oficina de carregamento de baterias. "A legalização é feita na junta de habitação depois na administração municipal", acrescentou.

A nossa fonte revelou que para se conseguir um alvará sem a burocracia que se conhece, sobretudo para estrangeiros, é preciso desembolsar valores em dinheiro que chegam a ascender os 1000 dólares. De acordo com as declarações prestadas pelo senhor Adriano, como se apresentou, funcionário da junta de habitação situada no Neves Bendinha, as informações segundo as quais a junta é cúmplice nesse processo de legalização de construções nos rés de chão são falsas. "Nós aqui não legalizamos nada sem que o cidadão tenha um contrato de arrendamento", justificou-se.

Até a hora do fecho desta edição, a nossa equipa de reportagem tentou contactar, para os devidos esclarecimentos, por duas vezes a administração municipal do Kilamba Kiaxi, quatro vezes a direcção provincial da habitação, uma vez o Instituto nacional da habitação (ex-junta nacional), duas vezes a brigada de fiscalização, e uma vez a direcção do comércio interno (Ministério do Comércio). Não obstante, as nossas Insistentes tentativas não encontraram correspondência destes organismos.

8.Travamos uma grande batalha pela vida

Angolense... 11-02-06

Há três anos no cargo, Mateus Neto, director do Hospital dos Cajueiros, no Cazenga, lamenta a falta de condições na unidade hospitalar que dirige, uma lacuna que tem empurrado o corpo médico a desrespeitar algumas normas de tratamento com o único objectivo de salvar vidas. As dificuldades são tais, que, recentemente, um único médico realizou seis operações num dia. Mas, o alerta é claro: Como está não pode continuar

ANGOLENSE (ANG) - Qual é O balanço que faz do trabalho feito pelo pessoal médico desse hospital? Mateus Neto (M.N.) - É um trabalho árduo, que visa corrigir certas práticas nocivas à saúde. Tentamos granjear mais apoios, enfim, fizemos tudo o que foi possível. ANG - Acabamos de fazer uma visita ao hospital, onde constatamos uma batalha constante do pessoal médico para salvar vidas, apesar da falta de condições de trabalho. Como é possível, nessas circunstâncias, levar a bom porto o trabalho?

M.N. - Realmente, travamos uma grande batalha pela vida. A vida é um bem precioso, o mínimo erro pode ser fatal. O trabalho que temos feito é de luta, de mostrar o que deve ser feito numa unidade hospitalar como a nossa implantada num município tão populoso, com redes de saneamento básico quase nulas, onde os trabalhadores trazem já muitos problemas de casa. Por outro lado, esse hospital passou a ser uma unidade de tratamento geral, com muitas especialidades, isso vai levar-nos a ter mais trabalho. Os números expressam bem o esforço feito aqui. Essa unidade necessita de grandes apoios.

ANG-De que números falou?

M.N.- Há dois anos atrás tínhamos um atendimento diário de 150 pacientes, mas no último trimestre esse número quase triplicou. Já a taxa de ocupação, em alguns serviços, como a pediatria, tem superado as vagas disponíveis. Esta unidade tem 123 camas, que são insuficientes. Nas cirurgias obstétricas, por exemplo, somos obrigados a dar alta a paciente antes do tempo aconselhado. O mesmo ocorre com as parturientes. Fizemos muitas cirurgias para a verba que temos, o bloco operatório gasta muito. Só na área de obstetrícia realizamos uma média de quatro cesarianas.

Já as cirurgias gerais são seis, mas veja que em alguns casos não tem sido possível atender pacientes que precisem desses serviços porque a cirurgia obstétrica ocupa o bloco operatório por muito tempo. As mortes também são elevadas, já que registamos quatro óbitos de crianças por dia. Daí que já alertamos os nossos superiores hierárquicos para a necessidade de aumentar a verba que recebemos.

ANG- Quanto é que o hospital recebe?

M.N.- Recebemos três milhões de kwanzas por mês, quando, de acordo com o plano que fizemos deveria ser o triplo desse valor.

Essa quota é para pagar água, energia eléctrica, comida e comprar medicamentos. Num hospital com 690 trabalhadores, sendo que metade faz plantão, pois a maior parte do serviço que prestamos é de urgência, como vamos alimentar todos esses trabalhadores, como resolver o problema dos medicamentos, apesar de termos implantado um sistema oficial de contribuições dos pacientes, através de um valor mínimo, grande parte dos doentes é carente e não pode dar nada. Sem a verba necessária o hospital não poderá desempenhar a sua função com qualidade. Nesse momento temos o problema da morgue, em que queimou o motor. Com o valor que recebemos como resolver esses dilemas?

ANG - Qual tem sido a solução para esse problema?

M.N.- Temos que nos dirigir a outros hospitais que tenham esse serviço em funcionamento. Sabe que esse hospital atende toda a parte norte de Luanda, alguns deixam de vir devido a problemas de acessibilidade. O que está previsto é que todos os doentes da zona norte de Luanda venham para esse hospital e daqui poderão ser transferidos para as unidades hospitalares de terceiro nível, como o Hospital Josina Machel. ANG - As dificuldades estendem-se também ao pessoal médico?

M.N.-Sim, assim como nos serviços de apoio, principalmente na área da limpeza. Precisamos também de maqueiros. A falta de médicos é gritante. Estamos a formar alguns na pediatria, vamos tentar colocar mais este ano, mas, na maternidade é que temos grandes problemas. E aí onde ocorrem mais cirurgias, temos 28 médicos, um por banco, mas não devia ser assim. Isso faz com que um médico tenha que entrar para o bloco operatório só, quando deveriam ser dois. A média é de seis cirurgias por dia, ontem um médico apenas fez seis operações cirúrgicas em menos de 24 horas. É muito cansativo, depois, é preciso questionar se as últimas cirurgias foram bem feitas. Daí que apelamos aos nossos colegas que já fizeram o internato a virem reforçar a nossa equipa do Banco de Urgência.

ANG - Diante de todo esse esforço tem sentido o respaldo da população?

M.N. - Esse hospital já esteve muito mal, muito mal mesmo, mas algumas mudanças têm sido feitas, temos insistido muito na melhoria do comportamento do pessoal de trabalho. Há acções que podem ser feitas sem dinheiro, essa é a minha luta. Penso que os nossos funcionários devem dedicar a máxima atenção aos pacientes, o técnico não pode obstaculizar a entrada do paciente para tirar alguns trocos.

ANG - Sente-se satisfeito com o trabalho de combate ao HIV no hospital?

M.N. - A impressão que tenho, porque converso com o povo, é que ainda existem pessoas

incrédulas, que pensam que o HIV não existe. Entretanto, a aderência ao teste e aos cuidados de corte da transmissão vertical da doença têm sido satisfatórios. ANG - Ao entrar para o hospital uma das pacientes segredou-me que não se deve fazer o teste nesta unidade hospitalar porque o resultado é sempre positivo, algo que ilustra a visão que as pessoas têm do problema. Já agora, qual é o índice de contágio que detectam mensalmente?

M.N. - Não é isso (risos). As pessoas devem saber qual o seu estado de saúde, daí que se pede o teste de HIV, mas os resultados não são muito altos, o que se passa é que a população tem medo. Não se deve apenas fazer o exame de gota espessa, mas também o de HIV.

Tivemos cerca de 4.000 pessoas atendidas no ano passado, das quais 1.368 tiveram um resultado positivo ao teste. Ainda assim, no quadro do trabalho de corte da transmissão vertical conseguimos salvar quatro crianças devido ao tratamento das mães.

ANG - Ainda no quadro do comportamento da população, verificamos muitos casos de pessoas que só se dirigem ao hospital em estado terminal. Até que ponto isso prejudica o vosso trabalho?

M.N. - Temos dito sempre que existem centros de saúde e postos médicos em toda a extensão de Luanda.

É importante que os doentes recorram aos serviços de saúde o mais cedo possível e quando o pessoal de serviço verificar que não pode atender o caso deve encaminhá-lo para uma unidade de nível superior. Na zona norte da província, o hospital é o dos Cajueiros.

Aqui temos especialistas que podem ver o caso e se não conseguirmos resolver podemos encaminhar para outro hospital. Quando não se cumpre isso, as unidades de terceiro nível acabam abarrotadas. Não é correcto ficar com o doente em casa por muitos dias

ou levar para um posto médico ilegal onde gostam muito de injectar soro e dar injecções aos doentes.

Penso que, em muitos casos, os familiares só trazem os doentes para aqui porque sabem que será mais fácil obter o atestado de óbito.

ANG - A débil situação sanitária do município influencia no surgimento de patologias como as doenças diarreicas agudas e a malária?

M.N.- O que mais aflige no Cazenga são as vias de comunicação, as águas paradas e o lixo. O hospital não pode trabalhar só, é preciso ajudas, como a vossa, que possam contribuir para a educação da população.

Aqueles que habitam o município devem ter consciência do seu papel, deve ter reparado ao longo da sua visita que alguns utentes atiram lixo para o chão, cospem, enfim, têm atitudes reprováveis. Não se deve esperar apenas do ministério da Saúde.

ANG- Sendo assim, se tivesse que caracterizar a situação de saúde da população do Cazenga, o que diria?

M.N.- É má, já que não temos ainda infra-estruturas do ponto de vista de água e esgotos. O que nos salta a vista é muito mau.

9. Político ignora Habitação e desaloja idosa

Angolense... 11-02-06

Numa acção "abençoada" por António de Carvalho Betencurt, então administrador do Lobito, Manuel Mateus Calumbo, o homem que manuseia os dinheiros do MPLA na província de Benguela, conseguiu, pelo menos por ora, ver satisfeitos os seus anseios, sem que tivesse em conta os meios utilizados. Acontece, porém, que o caso chegou ao Tribunal Supremo, órgão que promete pronunciar-se nos próximos tempos Flávio Alencar, no Lobito Trata-se de um diferendo que se arrasta desde 2003, altura em que a cidadã Adelina Nenê Ngueve, de 70 anos de idade, viu-se obrigada a abandonar uma residência cedida pela Habitação, sita no bairro da Restinga, Lobito, hoje sob tutela de Mateus Calumbo.

Quando se apercebeu que estava a perder o seu imóvel para o antigo 10 secretário municipal do MPLA, Adelina Nenê, representada por Félix Manuel, seu familiar, decidiu levar o caso ao Tribunal Provincial do Lobito, devido ao que diz ser injustiça. Hoje, os familiares da idosa questionam a posição deste órgão de justiça. De acordo com fontes conhecedoras do caso, um influente funcionário da Administração do Lobito havia endereçado, primeiro, uma nota ao Tribunal do Lobito na qual reconhecia que a residência é pertença de A. Ngueve, documento este que, a prevalecer, gorava as expectativas do político. Surpreendido, por achar que é um "influente membro do partido", ou não tivesse sido membro do C.C. durante treze anos, este coloca a questão ao então administrador do Lobito, António Betencurt, que, por sua vez, "forçou" o seu funcionário a alterar o teor do documento há muito engavetado. Perante este quadro, a parte lesada não mais fez senão recorrer ao Tribunal Supremo, aguardando por um pronunciamento favorável em nome da justiça. A arrendatária residia na casa n. o 51 - R/C desde a década 60, poucos anos depois de se ter separado do marido, daí que, temendo os assaltos que ainda se verificam nos dias de hoje, decidiu coabitar com efectivos da Marinha de Guerra. Posteriormente chegou a conclusão de que precisa contar com o apoio de uma figura influente, uma vez que os seus "inquilinos" tinham os olhos postos no imóvel". Por ironia do destino ou não, esta figura influente, que a pudesse oferecer tranquilidade e segurança, dá pelo nome de Manuel Mateus Calumbo. Contra todas as expectativas, segundo

ainda o relato das fontes que temos vindo citar, "as coisas acabaram por complicares"

Depois de ter tomado contacto com a realidade, o agora secretário para área de Finanças do Comité provincial do MPLA propõe uma outra residência a Adelina Ngueve. Para o espanto desta, acabou sendo encaminhada para o Bairro da Damba Maria, arredores da cidade de Benguela, numa moradia feita de pau-apique e capim, onde permaneceu seis meses. Desapontada, decide regressar ao bairro da Restinga, "de onde não deveria ter saído nunca", e, para o seu desespero, encontra a residência ocupada por "homens de Mateus Calumbo". Documentos a que este Semanário teve acesso, todos assinados pelo jurista Miguel Maiato, delegado provincial da Habitação, confirmam que o espaço em litígio foi arrendado a senhora Adelina Nené Ngueve.

A decisão do Tribunal do Lobito, lamentam, legítima a acção de Calumbo, graças a um "empurrão" do então administrador do Lobito, António de Carvalho. Para além da casa, de dois quartos, sala, cozinha e WC,

Mateus Calumbo controla ainda um vasto terreno, onde o casal pretendia erguer uma casa maior, e uma estrutura, já transformada em escombros, anteriormente um estabelecimento comercial. O Angolense deslocou-se ao São João (Benguela), onde se encontra actualmente a cidadã, em casa de um familiar, mas não pôde manter a conserva que se impõe para mais esclarecimentos. "Há muito que ela padece de uma doença prolongada, tudo começou depois desta situação", disseram familiares.

10. Gestores de planeamento e urbanização trocam experiência

Jornal de angola...18-02-06

A Faculdade de Arquitectura da Universidade Agostinho Neto (UAN) em parceria com o Governo Provincial de Luanda e do projecto Lure convidou um grupo de gestores de planeamento urbano das cidades de Windhoek, Joanesburg e Botswana e representantes das comunidades para troca de experiência na gestão e planeamento do solo.

O encontro serviu para Angola e os outros três países, saberem como dialogar com as comunidades e participarem nos projectos da urbanização da cidade, a partir das conversações com os administradores comunais, e a formação dos gestores. Para o facilitador do encontro Stefano Marmorado, o importante é que a comunidade participe quando se faz o uso e gestão do solo e as autoridades apoiem as iniciativas das mesmas com orientação e disposição existentes.

"O importante mesmo é que alguns membros das comunidades dialoguem com outros membros de

outras áreas e vejam no terreno, as estratégias aplicadas, que poupanças usam, como as autoridades negoceiam em colaboração, para que consigam realizar as suas necessidades básicas, que é habitação, postos de saúde, água e energia. A exemplo, a CARE Internacional, como ONG facilitadora citou a implementação e adaptação de algumas propostas feitas no município do Kilamba Kiáxi e verificou que de alguma forma a comunidade está envolver-se, no desenvolvimento do município, fazendo poupanças com um claro objectivo de electrificar o bairro, e de construir chafarizes.

Sendo o segundo encontro realizado, depois do primeiro na Namíbia em 2005, o grupo de gestores e planeamento do solo constatou que, o governo local tem mostrado nos últimos dias um trabalho comum com as comunidades, a exemplo de outros países africanos apesar de cada país ter as suas dificuldades e os seus problemas.

11. Receber terrenos aos pobres

Folha 8...18-02-06

Os cidadãos proprietários de títulos provisórios de terrenos do Governo provincial de Luanda, GPL, no prazo de seis meses não arrancarem com as Obras ficarão sem os respectivos espaços, segundo promessas do governador provincial Job Castelo Capapinha, durante o encontro com os mesmos no dia 11.02.

A medida enquadra-se no grupo das que foram tomadas pelo GPL com o propósito de dar uma outra imagem, mais bela, à de capital de Angola. Livrar a cidade de espaços cobertos de chapas e lixos é o objectivo do novo desafio do pelouro de Job Capapinha "Aqueles pessoas que esperam pela sorte que está a vir arrancarem os seus projectos lhes serão accionados estes item (retirados os títulos)", disse, lembrando ser necessário respeitar os requisitos impostos na altura da concepção dos títulos. A obrigatoriedade de seis meses a seguir à atribuição dos espaços se iniciarem os projectos, é um dos requisitos. Porém Job Capapinha adiantou que aos titulares que estão a realizar os respectivos projectos lhe será dado um prazo para a conclusão dos mesmos, enquanto que as pessoas que ainda não legalizaram os terrenos deverão fazer antes de arrancar com os projectos. Alguns dos titulares que participaram no encontro consideram estar o GPL com "alguma razão", visto que "muitos têm os terrenos há muito tempo, mas não fazem nada", defendeu Silva Torres titular de um espaço algre no bairro do Benfica.

Quem também apoia a decisão do GPL é o presidente da ONG, vocacionada a defesa dos direitos habitacionais dos cidadãos, SOS Habitat, Luís Araújo para quem " não se deve tirara a

razão ao governo quando ele tem. A lei prevê isto e tem que se cumprir”, defendeu. No entanto, contrariedades não faltaram, Vicente Pereira, titular de um espaço no município do Kilamba Kiaxi, defende ser “pouco” o prazo estipulado pelo GPL e que, segundo o seu director de comunicação, Ladislau Silva, não tenciona abrir prerrogativas. Existem nesse momento cerca de três mil terrenos nas condições que o GPL prevê confiscar, sendo os municípios da Viana, do Kilamba Kiaxi e da Samba os mais abrangidos. Estas zonas começaram a ser habitadas devido o crescimento habitacional que se registou na cidade capital nos últimos anos. Luanda hoje tem cerca de 4 milhões de habitantes contra as 500 mil inicialmente previstas.

Como já fizemos referência a decisão de confiscar os terrenos aos cidadãos tem como objectivo dar outra imagem à cidade capital. Entre outras o governo de Luanda já apostou em diferentes modelos de recolha de lixo e na pintura obrigatória dos edifícios. Mas o fracasso foi um facto em todas elas.

12. «Nós», a Terra e as Demolições

Capital-25-02-06

Quando me apercebi, finais de Dezembro de 2005, das demolições de casas na zona de Cambamba 1 e 2, aqui em Luanda, invadiu-me imediatamente o sentimento de tristeza. Pensei no que é difícil morar ao relento, padecendo frio e calor, mas sobretudo do sentimento de «negação» que cria nas pessoas. Uma casa é o lugar onde a alma da pessoa encontra refúgio. A casa é o maior bem na vida para qualquer um de «Nós». Na nossa sociedade é, talvez, um dos bens mais difíceis de ter.

Deixei correr alguns dias, e decidi, no limiar deste ano, visitar a zona para observar in loco o acontecido. Lá fui e achei migalhas de blocos deitados sobre um chão emudecido. As casas lá não mais estavam, simplesmente uns tugúrios feitos com chapas de zingo, que não passavam de dois metros de altura, fazendo-me lembrar capoeiras. Nalgum sítio, onde havia uma aglomeração de homens, mulheres e crianças, eu parei, estacionei e descí do meio que me tinha ajudado chegar até lá. Não me estavam a ver com bons olhos. À minha simpática saudação, os meus concidadãos acabrunhados respondiam com uma tibieza inimaginável. Percebo, rosnei. Depois fui entrando na alma deles e eles na minha e, a pouco e pouco, fomos abrindo-nos ao diálogo. De vez em quando me inclinava junto de alguém que permanecia imerso inutilmente.

Depois o círculo foi ficando grande, e as queixas e os desabafos começaram a tornar-se cada vez mais volumosos ante mim, desprovido de decisão. Prestei toda a atenção possível diante das

explicações do drama. Fiquei admirado por ver mulheres que não possuíam níveis de escolaridade articularem destemidamente, embora desrespeitando a língua de Camões, o discurso da negação. Negação à existência! Fui com a intenção de fazer-lhes muitas perguntas, mas cheguei a fazer apenas três ou quatro das quais emanaram respostas, comentários, críticas e lágrimas. Ao cabo de muitas horas deixei o lugar. E durante o insuportável engarrafamento que me fez parar durante quase uma hora sobre a minúscula ponte junto à Vila da Gamek, o assunto não me fugia da mente. Tentei espremer tudo do meu cérebro, mas nada daí se escapava. Deixei ficar o assunto rebolando na minha cabeça e passei a ruminar todas as vozes, tentando perceber a complexidade do drama. É que o assunto das demolições é tão complexo que clama por um debate nacional. A terra, agora, passou a ser uma questão fundamental em todo este processo. Não tenho dúvidas de que ela será doravante uma espinha presa na garganta deste país.

Em cada demolição «Nós» estamos a adiar a vida não de uma pessoa, mas de uma família inteira. O sonho da realização dos projectos e anseios passa a ser uma frustração. Uma casa que se deita ao chão é o encorajamento de uma mente que muito cedo apanha trombose. Sendo Luanda, a capital do país, o centro das decisões políticas, há-se trabalhar para a criação de modelos que facilitem e satisfaçam o acesso à terra e à habitação condigna. Caso contrário, teremos os mesmos problemas nas sedes provinciais do país. Está aí o DESAFIO.

Março 2006

1. Propriedade pobre

Cruzeiro do sul...04-03-06

"A esse nível, um aspecto verdadeiramente crucial e que importa avaliar terá a ver com a relação que a legislação estabelece entre os poderes de que gozam os titulares de direitos de ocupação de terrenos destinados à produção agrícola e pecuária, na sua relação com aquele outro direito que diz respeito aos frutos da produção agrícola quando seja realizada em parcelas sobre as quais impendem direitos de ocupação alheios" Um dos dilemas mais inquietantes para perseguir resultados palpáveis na reversão da pobreza camponesa através do desenvolvimento de uma agricultura de rendimentos começa por se confrontar com um conjunto de problemas que não são de solução fácil, nem imediata. Mas há, apesar disso, algumas evidências a partir das quais se toma possível começar a discussão do problema.

Para começar, não é difícil perceber que um tal propósito só se deixaria realizar na medida em que a agricultura camponesa venha a conhecer um crescimento susceptível de gerar receitas capazes de a tomar na principal fonte de rendimento para o combate à pobreza rural. (concebida nos termos dos objectivos de desenvolvimento do milénio, sobre os quais existe consenso generalizado). Reconhecido esse aumento de produção enquanto condição absoluta para reverter a situação de pobreza actual, haveria ainda uma segunda evidência para prosseguir na discussão do assunto.

Consistiria em responder à questão de saber se poderia a agricultura camponesa, tal como organizada à luz do figurino da mais recente legislação agrária tomar-se capaz de gerar rendimentos tal volume de rendimentos.

Em resposta a esta questão, seria importante tomar nota sobre o facto de o figurino criado pela legislação agrária mais recente dirigida aos problemas da agricultura camponesa resolver os problemas da organização e funcionamento da propriedade camponesa de forma muito peculiar.

A esse nível, um aspecto verdadeiramente crucial e que importa avaliar terá a ver com a relação que a legislação estabelece entre os poderes de que gozam os titulares de direitos de ocupação de terrenos destinados à produção agrícola e pecuária, na sua relação com aquele outro direito que diz respeito aos frutos da produção agrícola quando seja realizada em parcelas sobre as quais impendem direitos de ocupação alheios.

Em que medida esses direitos de ocupação exclusiva se irão projectar sobre o pleno gozo dos direitos relacionados com a colheita dos frutos que resultem de uma agricultura de rendimentos? Para aludir a uma situação concreta, um exemplo palpável tem a ver com os problemas relacionados com direitos de ocupação, no caso dos logradouros pecuários. Verifica-se, nessas situações, um conjunto de circunstâncias que merece criteriosa ponderação. Há que ter em conta que os direitos de ocupação só se manifestam com carácter sazonal, na medida em que a pecuária camponesa se debate com condições muito específicas.

Sobretudo em zonas áridas, o pasto e a água vão se tomando mais escassos à medida que a estação seca progride. No pico da estação, põe-se naturalmente aos titulares desses direitos de ocupação a absoluta necessidade de acorrer às zonas onde haja água e pasto fresco durante todo o ano. Levantam-se em tais circunstâncias questões de difícil solução, como por as opor-se a direitos de aproveitamento desses recursos durante a época em que se encontram devolutos. Sobretudo, coloca-se a dificuldade em decidir se os titulares dos direitos de ocupação poderiam por alguma via certificar esses direitos por meio de um acto de registo que lhes desse um direito

exclusivo sobre essas zonas de logradouro. Outro ponto não menos controverso acerca da organização e funcionamento da agricultura camponesa teria a ver com a relação entre os direitos de ocupação e os direitos de transmissão dessas parcelas para terceira pessoa, na base de contrapartidas de rendimentos. (seja por acto de venda, arrendamento, ou outra forma). Nunca será demais frisar a importância de uma solução criteriosa para a relação que se deve estabelecer entre esses dois tipos de direitos, tal como deveria funcionar no quadro de uma agricultura de rendimentos.

Quando se pensa em resultados palpáveis no quadro de um programa para reverter a pobreza camponesa a partir do desenvolvimento de uma agricultura de rendimentos será sempre o efeito dessas relações entre estes direitos que permitirá avaliar o impacto que o figurino da propriedade pode vir a ter sobre os resultados económicos, de modo a que estes possam vir a constituir-se na principal fonte de receitas para combater a pobreza no campo.

No entanto, quando se olha para a situação actual, não se pode deixar e perguntar que impacto esta diluição tão típica da articulação entre o gozo de direitos exclusivos projecta, afinal, sobre o funcionamento de uma agricultura camponesa apostada numa política de rendimentos. Eis, aí, uma questão crítica. No entanto, não há como evitar a conclusão que aponta para o facto de que, no actual regime de propriedade comunal, os rendimentos resultantes da produção agrícola acabarão por força por ser repartidos em maior ou menor proporção entre os titulares de direitos de ocupação e os titulares dos outros direitos relacionados com o funcionamento da propriedade camponesa.

No essencial, dará sempre origem a um entre dois tipos de distribuição dos rendimentos provenientes da propriedade agrária. Um, primeiro, será aquele onde o titular dos direitos de uso (sob invocação de posse hereditária) tem direito à repartição dos frutos que resultem da colheita. Outro, de feitos eventualmente mais perversos, será aquele onde o titular dos direitos de uso (constituídos com base ocupação remota) terá direito à repartição dos rendimentos até mesmo da propriedade perfeita, baseada no registo predial. Nesses casos, uma parte dos rendimentos da propriedade perfeita deveria ficar afectado à construção de obras, pagamento de rendas em dinheiro ou até mesmo em géneros ao titular dos direitos de uso comunal, representados na autoridade tradicional.

Como é óbvio, estas duas cargas que irão incidir sobre o pleno gozo dos direitos aos frutos e à contrapartida da transmissão de direitos diminui em qualquer dos casos o volume do rendimento líquido que irá reverter para os agricultores cuja

propriedade esteja organizada na base de uma agricultura de rendimentos. Mas, sendo essas as condições de facto, onde irá o titular de direitos aos frutos da colheita, buscar os rendimentos líquidos tão necessários (ou pagá-los, caso consiga crédito) para realizar trabalhos de beneficiação e construir as instalações sem as quais jamais poderá vir a conseguir um título de propriedade perfeita, capaz de valorizar a propriedade agrária camponesa nos seus interesses comerciais?

Sob um regime económico que submete a agricultura camponesa ao império dos titulares de direitos de ocupação, como acontece no figurino actual da propriedade comunal, não haverá razões mais que suficientes para definir a agricultura camponesa como uma propriedade de rendimento pobre?

2. Cazenga ao Deus dará

Cruzeiro do sul...04-03-06

A fome, a podridão, a miséria e a pobreza urbana caminham com a gente maioritariamente deserdada do Cazenga. Infeliz e desgraçadamente, muitos não aguentaram as peripécias destes males sociais, kimbombo e o kaporroto, para afogar as suas angústias nos becos do "Congo Pequeno". É o jeito para fugir de alguns olhares desprezíveis e enjoativos de escárnio de gente complexada e preconceituosa. Assim vai o Cazenga, um município que parece votado ao esquecimento e de que os governantes só se recordam por altura das campanhas políticas, para captação do grosso do voto analfabeto, inconsciente e embrutecido em maratonas alcoólicas

Quando vejo a situação do bairro hoje, um sentimento de tristeza me invade a mente", - lamenta um antigo morador do bairro há mais de 40 anos, de sua graça António Francisco Terra, mais conhecido por Chico Terra, analista económico e perito contabilista.

Encontramo-lo em casa a fazer os seus habituais estudos em economia e áreas contíguas, quando a luz de repente se foi, como para crescer a angústia que lhe perpassava o rosto. O município do Cazenga inclui os bairros do Cazenga, que lhe dá o nome, Tala- Hady, Hoji ya Hencla, "Tunga Ngó" (Constrói só) e Vila da Mata. Estes dois últimos foram criados nos últimos anos, como resultado do êxodo rural provocado pela longa guerra que assolou o país.

Chico Terra diz que "os problemas do Cazenga são os mesmos de Luanda. O êxodo rural provocou um desmantelamento das infra-estruturais", pontualizando que "um dos problemas mais urgentes que deveria ser atacado já, seria a recolha do lixo que está concentrado em pontos muito bem conhecidos do município. "Até dá vontade de falar em montanhas selvagens, quando se vê tanto lixo acumulado!!!". É consabido que onde há muito lixo, naturalmente,

que a propagação de doenças é muito grande. Aqui onde eu moro estou em crer que a média de óbitos se apresenta como sendo quatro a cinco por semana".

"Montanhas selvagens". Algum esforço foi feito para combater-lo no município, mas é ainda insignificante.

Constatam-se verdadeiras "montanhas selvagens"; montes e montículos de lixo vêm-se aqui e ali. O que mais chama atenção é a imundice que Circunda nas três valas de drenagem situadas no eixo rodoviário que vai da "Jota" até à Y avenida. As valas estão completamente entupidadas e têm água estagnada e esverdeadas, autênticas incubadoras de mosquitos, larvas e outras porcarias que perigam a saúde do munícipe. O antigo mercado da comissão do Areias, situado na rua A, completamente desventrado não foge ao jogo dramático da podridão que por ali campeia. Os ferros e as chapas que cobriam o tecto, bem como as portas e a rede do muro que circundava a praça foram roubados. O capim tomou conta do quintal e não há quem faça a desmatação. Os trabalhadores de limpeza vimo-los muito longe deste ponto nevrálgico e apenas com vassouras na mão. No entanto, não é perceber que é preciso que se lhes sejam dadas picaretas, enxadas e pás, para pegar teso no trabalho, não apenas quando se deslocam lá para as bandas da Filda, onde não há muito que limpar. O abandono é, a todas as luzes, visível!

"Aqui não tem ninguém que toma conta disso", dissemos um velho residente num dos antigos quartos de banho e escritórios da administração do aludido antigo mercado municipal. Hoje por hoje, os compartimentos encontram-se com a parte frontal coberta de sacos de serapilheira e papéis. Para dar um toque ainda mais dramático, um mendigo sentado no chão, com ar de preguiça e bocejando de fome, emprestava um ar de favela a uma zona que já foi nobre no tempo da outra senhora "Aqui só vendiam "nguetas", de avental e tudo, que moravam aqui ao lado", lembra um antigo morador que reside na área há mais de 30 anos. As autoridades comunitárias não movem uma palha que se veja para alterar o quadro sombrio. Planos existem, mas no papel feitos letra morta. Não se fala em auscultação à sociedade civil local, cuja mais-valia intelectual é de reter em atenção. No município abundam técnicos médios e superiores: médicos, juristas, economistas, engenheiros, professores, escritores, jornalistas, etc., etc. É isso que toma ainda mais flagrante o contraste com alguns montes de entulho que se notam na rua que vai do largo do "Imbondeiro do Cazenga" à Quinta Avenida. São os pecados expostos de coisa que as anteriores administrações nunca conseguiram fazer, como pôr uma charrua a pavimentar a zona, durante vários anos. Muitos moradores informaram que com a sua contribuição alugam no princípio do

cacimbo ou das chuvas uma charrua para pavimentar as suas ruelas no

Marcelo Caetano, nomeadamente na rua do Paraíso e a da Lama que, bem se nota, são as que neste momento menos lombas e valetas, pois a "lâmina" feriu recentemente a terra.

Acudir a gestão comunitária. Quanto a dinheiros para a administração inverter o quadro sombrio reinante, o analista económico Chico Terra prognostica que "caberá ao governador da província fazer uma cabimentação das verbas, que eu acredito que seja superior à do ano passado. É nesta perspectiva que encaro a questão financeira para acudir o município".

Em todos estes bairros as condições do saneamento básico são precárias, mas a zona da antiga Comissão do Areias (nomeadamente a sua parte de cima), afecta ao bairro Tala-Hady é daquelas que mais reclama uma intervenção urgente há muitos anos. Por altura das chuvas, toma-se completamente intransitável e as águas invadem as casas dos cidadãos, misturando-se muitas das vezes com as fezes, perigando a saúde, quicá a vida, daquela população, que por essa altura do calor prova o trago amargo do pão que o diabo amassou, ficando sem soluções alternativas. O arquitecto António Júnior nota que a zona do Areias "deveria merecer uma intervenção urgente. Até porque aquele tipo de casas económicas tem os prazos de validade vencidos e deveriam ser destruídas sendo construídas no seu lugar outras mais duradouras. São casas que foram concebidas para dez vinte anos e estão com cerca de quarenta anos de vida sem quaisquer obras de restauro e reabilitação". As fossas, a maior parte delas encontram-se entupidas, o que não deixa de ser grave. É assim que a noite vê baldes e latas de dejectos a serem lançadas na lagoa mais próxima ou mesmo ao relento nas ruas, ruelas ou estradas principais que circundam o bairro. Mas nem todos assim procedem, alguns moradores optaram por criar as suas próprias fossas, dispensando as colectivas que, normalmente, estão entupidas pois os colectores há muito deixaram de ter qualquer serventia.

Moradores com quem conversámos julgam que o bairro poderia ser partido e em seu lugar erguidos vários prédios, sendo entregue a cada família habitante de cada residência um apartamento com idênticas dimensões. Na zona do antigo Marcelo Caetano o cenário é menos dramático, mas não deixa de ser desolador. Quem viu o bairro no passado não acredita.

O largo da Casa Verde, antigo centro comercial, está praticamente irreconhecível, com lixo e carcaças que há muito deveriam ser removidas pela administração municipal. O mesmo se repete no largo da casa Malange, para não falar do largo paralelo a este, situado pela borda direita para quem vai à Fiaco. Esta é uma antiga fábrica de

confeções que hoje está transformada, para não variar, em mais um armazém e loja de produtos importados, como frescos, carne e galinha congeladas, além de fardos de roupa. Quanto às fábricas de confeções só resta a Ancotex que labora a meio gás.

À excepção das padarias Leão, Monte Sinai e Santana, o parque industrial da área está praticamente paralisado. A Condel importa os cabos eléctricos que comercializa aos clientes, nomeadamente vendedores.

A Curbol está igualmente transformada em armazém e vendem-se fardos, ao contrário do passado que era uma fábrica de curtumes, produzindo calçados que rivalizavam com a Macambira, desde quedes, botas e sapatos. Rebentar pelas costuras. São muitos os jovens que não estudam nem trabalham, não tendo qualquer profissão.

Encontram-se, assim, pura e simplesmente fora do mercado de trabalho. O Cazenga conta com várias escolas básicas e do ensino médio, nomeadamente, o Instituto "António Jacinto" e "Angola e Cuba", além de outras do II e III nível, como a "Óscar Ribas" e a

Escola Grande, onde também se lecciona o I nível. A escola mais antiga do município, a do Cariango, que formou muita da elite do bairro, fechou as portas há cinco anos, segundo informaram os vizinhos da rua A e B. Completamente abandonada e suja, cheira há fezes despejadas no chão, nos passeios e no quintal cheio de capim, a perder de vista.

O município conta com um Centro de Formação Profissional de vocação nacional, mas cujo impacto não é notório na preparação profissional da comunidade adjacente.

O antigo centro de formação profissional vandalizado em 1992 foi recentemente reabilitado, com o concurso de técnicos brasileiros. É considerado dos maiores da região Austral de África, tendo capacidade, para em cada semestre instruir mais de mil e 200 mil formandos, nas 14 especialidades dos seus cursos básicos, nomeadamente, electricidade, mecânica diesel, carpintaria, serralharia, refrigeração, canalização, informática, artesanato, panificação, pastelaria, inglês e cortei costura, este último mais destinado às senhoras. Por sua vez, as "kinguilas" já vão surgindo na área como cogumelos o que não se notava até bem pouco tempo, testemunham alguns moradores. Trabalham com os comerciantes locais, sendo, as mais das vezes, emprestado por amigos e parentes, valores subtraídos, regra geral, dos seus parcos rendimentos salariais e não só. Água e energia a conta gotas. No antigo Marcelo Caetano, já há muito tempo que nem sequer se falava de energia. Há muitos anos que não se vê uma lâmpada acesa nos postos de iluminação pública.

Dez anos depois, a luz eléctrica voltou: no último fim-de-semana arrancou o projecto eléctrico apoiado pelos chineses. Foram montados PTs e novos postos pelos chineses. O mesmo vai repetir-se no Congo Pequeno em breve. As ligações estão a ser feitas. Esta zona menos favorecida nunca teve iluminação pública, nem no tempo da outra senhora. Neste aspecto nunca sentiram mudança nenhuma desde 1975, senão algumas puxadas ocasionais e pouco mais das áreas circunvizinhas. A Zona da Comissão do Areias, que era a zona melhor servida neste domínio, também tem andado em dificuldades. Francisco Diogo, morador na área há muitos anos, diz que "isso é um caso sério aqui no bairro." Chico Terra, que lá vive há mais de 40 anos, revela que "a falta de luz é um verdadeiro quebra-cabeças", acrescentando que o está a ser feito no domínio "não passa de um paliativo", porque não resolve os problemas comunitários de fundo. "Muito concretamente, ainda não consegui verificar ou constatar algum trabalho em termos de reposição de água ou energia, para os municípios deste bairro de forma efectiva", argumenta.

Um dos grandes óbices que se coloca nesta zona quando chove e haja luz é que ela é logo desligada.

Terra conta que "antigamente não havia nada disso.

Depois de uma chuvada, mesmo à noite jogava-se à bola e tudo. Não parava água na rua", recorda com saudade. Aproveitando a deixa da chuva questionámos: aqui corre água nas torneiras?

Ele reage: "Vai correndo, vai correndo", observando que, "de uma maneira geral, compra-se bidons de água que sai a 25 kwanzas cada um". Matadouro do Cazenga. O município dispõe de um hospital, o dos Cajueiros, também conhecido como o "Matadouro do Cazenga", pelo número de mortes que aí ocorrem diariamente, o que indicia a sua incapacidade de atender os doentes a contento. Além desta unidade hospitalar, na área acham-se duas pequenas maternidades que atendem as parturientes nos primeiros socorros, procedendo à assistência de muitos partos e evacuando os casos considerados mais graves. Para o efeito, ambas dispõem de uma ambulância cada.

Uma das aludidas maternidades situa-se junto ao mercado do Hoji-Ya-Henda, atendendo as parturientes da zona da Cuca e cercanias, incluindo a área do mercado dos Kwanzas, Catorze, Nocal e Bairro dos Ossos. A instituição alberga serviços de consulta externa diária e faz internamentos de doentes, além das grávidas que fazem, diariamente, a assistência pré-natal e não só. A outra maternidade situa-se na avenida, paredes-meias com o antigo mercado do "Asa Branca", que acaba de ser transferido para próximo do Emissor da Rádio Nacional de

Angola, no interior de um antigo aviário e cercanias do antigo bairro do Canivete.

A completar a rede hospitalar oficial o município conta com vários centros de saúde. Mas, devido à incapacidade destes atenderem a demanda, muitos dos pacientes recorrem ao "serviços do antigo Centro de

Saúde do Beiral, muito mais bem equipado, com serviços de RX à mistura. Além do hospital dos Cajueiros e dos centros de saúde, a área dispõe de vários postos de enfermagem informais e mesmo clandestinos, sem qualquer reconhecimento oficial, não se sabendo ao certo qual a qualidade dos serviços aí prestados, assegurados basicamente por enfermeiros, senão mesmo alguns falsos médicos ou curiosos. Além dos já aludidos centros de saúde, algumas empresas também dispõem de consultórios que atendem trabalhadores e prestam assistência aos moradores das áreas adjacentes, como é caso do centro de saúde da Siga.

Junto à paróquia local da Igreja Católica encontramos Ti Adão em mais uma jornada laboral. Marceneiro de profissão, aprontava mais um caixão, dos muitos que lhe são solicitados pelas famílias desafortunadas. Ele lixava a tampa. Geralmente, faz a obra por encomenda "É mais para crianças falecidas", disse. "Em tempos havia mais clientela. Esses dias nem tanto. Houve uma altura em que era fui muito solicitado e fazia dez caixões de uma só assentada".

Além de caixão tinha pronta para venda uma mesa e seis cadeiras por 300 dólares. "A matéria-prima é cara.

Para uma mesa de 24 mil kwanzas, gasto calculadamente 15 ou um pouco mais para confeccionar cada um deles. A madeira, panos, napas e pregos compara no Kikolo e não fica nada barato o produto final", ajuntou. Enfim, quanto a óbitos no Cazenga morre-se que se farta. "Cerca de 5 por semana", disse - nos um antigo morador, que reside na área há mais de 30 anos. E contas feitas por baixo. Só na Comissão do Areias morrem cerca de cinco pessoas por semana, principalmente crianças.

Mas, mesmo sendo certo que nestas coisas de viver e morrer seja hábito aceitar que aquilo que Deus dá, Deus tira, que mais dará ainda Deus a estes tristes tempos do Cazenga ?

3. Guerra de terrenos não pára em Luanda

Cruzeiro do sul...04-03-06

Flora Chilombo é uma mulher de meia-idade. Nos anos antes da ascensão do país a independência ela e o marido terão sido bafejados pela sorte ao trabalharem com portugueses que lhes passaram, a seguir a responsabilidade de gerir

um extenso terreno na zona do Futungo, depois destes se retirarem do país.

Do Futungo de Belas onde inclusive veio a se instalar o primeiro Presidente de Angola, Agostinho Neto (o seu sucessor também ali fez morada) até mesmo à zona da Barra do Kwanzas, passando pelo bairro Benfica, era terreno ocupado por Gomes & Irmão para exploração agropecuária. Tanto é que até hoje ainda se podem encontrar alguns vestígios de bebedouros para gado e algumas valas de drenagem das águas pluviais para as hortas.

Com documentos em mãos, Flora Chilombo, originária do Huambo decidiu, depois da independência, procurar legalizar a seu favor o mesmo terreno, mas só lhe foi permitido ficar com a parcela de mais de dez hectares que vai desde às bombas de combustível de Talatona à ponte do Benfica. O gado que herdou de Gomes & Irmão ainda resistiu até a altura em que apareceu no "jogo" o general Alfredo Tchaunda, actual chefe da Guarda Presidencial a quem também cedeu algumas cabeças.

"O gado pastava aqui sem problemas. Tanto o meu, como o que a ele cedi. Tchaunda era tratado por nós como se fosse um filho", conta Flora Chilombo. Mas as coisas mudaram de figura nos últimos tempos.

Começou a perder paulatinamente terreno com a ocupação de alguns pedaços pela concessionária de automóveis Citroën, com a conivência, como ela faz questão de sublinhar, da administração comunal do Futungo. Viria no entanto a ceder no espaço das bombas de combustível e do bairro erguido nas imediações.

"Cedi porque depois de consultada vi que era preciso ajudar os outros. Não tinha razões de ficar com muito terreno porque o gado reduziu grandemente. Então preferi largar o resto", constatou Chilombo. Contas feitas, ainda lhe sobravam dez hectares, porque dos terrenos para lá do Kwanzas nem quer ouvir falar. Vale mesmo 2 milhões de dólares? "Depois da morte do meu marido preocupei-me só em preservar o essencial para a família. Só que o pouco começou há dias a ser desorganizado com o general Tchaunda e a filha do Presidente, Tchizé dos Santos, que diz ter a titularidade do mesmo terreno que está a pagar por ele, via banco, 2 milhões de dólares em prestações. Sustenta entristecida.

De acordo com Flora Chilombo, mesmo depois de ter cedido uma parcela ao general Tchaunda, este, não satisfeito, chegou a vender mais uma boa parte de quase meio hectare a um "grupo de brasileiros". Brasileiros que por sua vez depois de terem erguido no local um murro de vedação paralisaram a obra "por falta de documentos".

Uma fonte da administração comunal do Futungo disse ao agora que o terreno reclamado pela cidadã pertence a empresa de urbanização, Edurb.

"Se é porque não foi esta empresa a tratar do assunto comigo que tenho o título de concessão passado nos anos 80, quando a Edurb surge depois? Não pode ser a filha do Presidente nem o general Tchaunda a falar comigo em meio de ameaças", frisou. Chegou mesmo a haver uma troca de ofensas entre Chilombo e Tchaunda. Este, a crer nela e em várias testemunhas no local, terá arregimentado homens armados que, no entanto "não conseguiram travar a minha razão". Chilombo tem 11 filhos alguns dos quais militares das FAA e um grupo de familiares "desafortunados" que acha que por herança, tal como rezam os documentos, poderiam ter direito de ali se instalarem. Por isso mesmo, alugou há dias uma pá niveladora para a divisão do terreno em quarteirões onde já estão montadas algumas tendas e casas de chapa.

"Daqui só saio se passarem por cima do meu cadáver.

Também tenho, como muitos outros, direito de ter uma parcela de terreno porque tenho muita família para sustentar. Além disso tenho todas as contribuições fiscais pagas ao Estado.", Refila confiante num desfecho em que não saia prejudicada. Nos quarteirões além de moradias para os filhos e familiares quer montar um mercado, uma escola e um campo de futebol. supostamente da UGP estavam a invadir o mesmo constituímos advogado e vamos lutar até ao fim", disse um familiar de Chilombo por telefone.

4. Job Capapinha

Agora ... 11-03-06

A "guerra" de terrenos encontra muito eco na província de Luanda. A partir daqui o fenómeno alastrou-se para o resto do país, onde no tempo da outra senhora jamais se falou da venda de terrenos.

Estes eram cedidos por herança, passando de geração em geração sem qualquer conflito. Em Luanda, a luta é, porém, enorme. Eleva os nervos à flor da pele, chegando mesmo à ameaças aos cidadãos com armas de fogo.

Foi assim que aconteceu há dias à Flora Chilombo, cujo marido, nos anos 70, trabalhou para a firma Gomes & Irmão, que depois de se retirar do país cedeu-lhe o título de ocupação que viria posteriormente a legalizar nos anos 80. A expulsão de Chilombo com disparos dos militares supostamente da UGP só não aconteceu porque ela estava com os filhos, alguns dos quais também militares das FAA, que terão apelado à calma. Ora, a partir deste exemplo, o governador Job Capapinha deveria agir, acudindo a ocupação legal de terrenos.

5. DOS Santos quer lavar imagem com chineses

Folha 8...11-03-06

O Governo lançou esta semana na província de Cabinda, em colaboração com a China, um processo de obras públicas, como forma de captar a simpatia de populações que se têm considerado abandonadas e que muitas vezes manifestam pretensões autonomistas e independentistas.

O general Manuel Helder Vieira Dias, "Kopelika", chefe da Casa Militar da Presidência da República, chefe dos serviços secretos e responsável pelo Gabinete da Reconstrução Nacional, esteve no dia 06 no território com os ministros dos Transportes, Luís Brandão, e das Obras Públicas, Higinio Carneiro, a anunciar a construção de 44 edifícios de 15 pisos cada, para um total de 5.000 pessoas. Este general é primo do bispo Filomeno Vieira Dias, que há 13 meses foi designado pelo Vaticano bispo de Cabinda mas que até hoje ainda não conseguiu tomar posse do cargo, precisamente devido ao ressentimento das populações locais em relação a toda a gente que esteja ligada às principais famílias de Luanda. Num dos mais recentes episódios daquilo que muitos consideram a repressão existente na província, cerca de 4000 católicos que se deslocaram a Santa Catarina, arredores da cidade de Cabinda (Tchiowa, na língua local!), para aí iniciarem uma peregrinação, tiveram de esperar duas horas para seguir caminho devido a uma intervenção da polícia. "Estamos algo preocupados com a situação", disse pelo telefone, o porta-voz da associação cívica Mpalabanda, Raul Danda, segundo o qual o Governo angolano ainda não respondeu à predisposição do Fórum Componentes para o Diálogo (FCD) para que se realizassem negociações com Luanda. A Mpalabanda, que é um dos componentes do Fórum, a par da Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC) e de outras sensibilidades locais, tem vindo a anunciar nos últimos dias que "a opressão está a aumentar", apesar de episodicamente surgirem notícias de predisposição de todas as partes para o diálogo sobre o futuro do território. Uma das dificuldades entre os nacionalistas de Cabinda diz respeito à falta de entendimento entre o presidente da FLEC, N'zita Henriques Tiago, e António Bento Bembe, que ele o mês passado procurou exonerar de secretário-geral do grupo, mas que continua a ser o principal animador do FCD, movimentando-se normalmente entre Brazaville e Ponta Negra, a segunda cidade congoleza, já na fronteira com Cabinda.

6. Moradores temem pelo pie na zona verde do Kinaxixi

Capital...11-03-06

Por força de grandes interesses imobiliários na zona, moradores temem que num futuro não muito distante venham a conhecer uma nada agradável surpresa.

Óscar Luís Soares, viu demolido, a 23 de Fevereiro, o muro da sua casa, na rua Concelho Aires Orneles, bairro Patrice Lumumba, num acto que considera de completamente ilegal, por elementos afectos aos Serviços de Fiscalização do Governo Provincial de Luanda.

Tudo aconteceu um dia depois dos tais fiscais anunciarem a demolição da referida obra, uma ordem que o mesmo considera de incorrecta, «porque antes do Governo Provincial demolir o que julga estar ilegal, embarga ou obstrui a construção ora desaprovada», o que não aconteceu consigo, já que não lhe foi dado tempo sequer para reunir toda a papelada que conferia a legalidade daquela construção.

«Sei que a ordem partiu de acusações feitas por certos vizinhos ligados ao Instituto de Desenvolvimento Florestal e com fortes laços de amizade com os homens da Fiscalização», que se acredita pretenderem abocanhar a zona verde do Kinaxixi, próximo ao viveiro. Aliás, Rosário Filipe, 23 anos, irmão da vítima, disse não ter dúvidas que a ordem para o derrube partiu de instigações feitas por funcionários do Instituto de Investigação Florestal, nomeadamente um tal de senhor Tomás e um outro identificado apenas por 80nifácio. O primeiro é funcionário do Instituto de Desenvolvimento Florestal, enquanto o segundo é o director da instituição. Contactado para o efeito, Tomás disse nada ter a ver com a presente demolição do muro da casa de Óscar Soares: «Que cada um cuide de si, porque eu nem sequer conheço este senhor», defendeu-se.

«Gastamos cerca de três mil dólares para erguemos o muro, pelo que não está correcto que um dia após a notificação, o pessoal da fiscalização chega e derruba tudo», lamentou Rosário que a par de Óscar são filhos de Maria Filipe, que disse não entender o que se está a passar de concreto. Uma vista pormenorizada faz concluir que de verde naquela zona só vai ficando a lembrança, pois, dia após dia, vai perdendo o ambiente natural que sempre lhe caracterizou. Moradores da Gamal Abdei Nasser, por exemplo, cuja maioria das residências pertencem aos caminhos-de-ferro e ao Porto de Luanda, mostram-se preocupados com a invasão de prédios que se verificam naquela área. É o caso, por exemplo, do prédio que está a ser erguido na rua Marechal Broz Tito, propriedade do Banco Espírito Santo. «Com tanto terreno existente, não faz sentido estar-se a construir tanto dentro, como ao lado do viveiro que aos poucos perde a sua importância ecológica», queixaram-se os moradores.

Contactos foram feitos para se ouvir alguém ligado aos Serviços de Fiscalização do município da Ingombota, mas, segundo a secretária do «chefe das demolições», um tal de Victor, o mesmo encontrava-se bastante ocupado.

7. GPL vai realojar moradores da Senado da Câmara

Jornal de Angola... 13-03-06

O Governo Provincial de Luanda vai iniciar brevemente o processo de realojamento dos populares que vivem ao longo da vala de drenagem da Senado da Câmara, no quadro do programa de recuperação dos sistemas de drenagem da capital.

O facto foi anunciado sábado último, em Luanda, pelo governador Job Capapinha, durante o "Primeiro encontro provincial dos comités de acção do MPLA, onde; fez um balanço sobre as principais obras a serem realizadas este ano na capital. Sem entretanto referir o local onde os populares serão realojados, Job Capapinha referiu que a demolição das casas será feita apenas quando tiver terminado o realojamento. A recuperação da vala de drenagem da

Senado da Câmara consta do "Projecto de obras de saneamento, águas e estradas de Luanda", que inclui ainda a recuperação das valas de drenagem do Cazenga, São Pedro, Vale do Suroca, Rio Seco e melhoria de infra-estruturas sociais dos bairros Nelito Soares, Precol, Cazenga e Maianga.

Entretanto, Job Capapinha anunciou o início de um levantamento para a implementação do novo modelo de recolha de lixo e resíduos sólidos no município do Cazenga, em Luanda. No Cazenga, o novo modelo de transferência de lixo que, de acordo com Job Capapinha, "está praticamente construído".

O GPL, segundo fez saber, adquiriu já cerca de 50 tractores que estão já a ser montados em Luanda. Os tractores serão entregues ao GPL até final do mês em curso e posteriormente distribuídos às empresas operadoras. Job Capapinha disse que o GPL vai continuar a consolidar o novo sistema de limpeza e recolha de resíduos sólidos lançado experimentalmente a 10 de Outubro de 2005, no município da Ingombota. O êxito da experiência da Ingombota, de acordo com Job Capapinha, está no engajamento dos moradores e no cumprimento rigoroso das instruções da Elisal. Para cada município o GPL seleccionou uma empresa que operará em função de um levantamento catalogado e efectuado em todos bairros.

Quanto ao trânsito rodoviário na capital, Job Capapinha disse que o GPL vai promover nos próximos tempos um debate para buscar ideias para melhorar o trânsito e o acesso aos transportes públicos em Luanda.

Abril 2006

1. Coronel ocupa à força terreno da família Lopo do Nascimento

Jornal o angolense-8 de Abril de 2006

"Fazer filho na mulher alheia" e usurpar terrenos de terceiros com suporte de compadrios e clientelismos é coisa que neste país virou pão de cada dia. Na maior parte das vezes é o próprio Estado a fomentar este estado caótico e vergonhoso das coisas, por intermédio de funcionários corruptos e envolvendo também deslustradas figuras da instituição castrense que, ao abrigo dela, se assumem como donas de um país que a todos, afinal, pertence.

Esta é a governação que temos e que continuaremos a ter se este estado de letargia, frouxidão e desregramento continuar, já que não se vislumbra quem possa alterar este destino refém que a incúria a todos submete.

Na nossa última edição publicamos matéria sobre o pontapé no traseiro dado por um coronel, que apenas atende pelo nome de Alberto, com âncora lançada da Marinha de Guerra Nacional, a uma série de famílias que bruscamente se viram desalojadas à força pelo dito cujo e sua guarda pretoriana, ali para as bandas do Maculusso, em terras que no início foram ocupadas pela Tecnotunel, empresa do Ministério da Construção, a pedido do então ministro Resende Oliveira ao legítimo mandatário da parcela. Pelo meio ficam estórias de compras e baldrocas de um funcionário da

Mecanang, o dito coronel, Ministério do Comércio e despachos presidenciais envolvendo ainda as Finanças.

A verdade é que o dito terreno, com seis mil metros quadrados tem dono e não é de nenhum dos citados nem carecia de despachos presidenciais se a Lei, a legalidade fosse respeitada. O talhão, que confina com a propriedade de Guilherme Lima, a norte, numa extensão de 140 metros, a sul com a de António Pedro Oliveira, em 141 metros e a Poente com o Maria Pereira dos Santos Van-Dúnem, que foi uma ilustre dama da sociedade luandense da época, pertence sim e efectivamente aos herdeiros de Lucas da Rosa Ltda, registado sob o BI nº 14 550 do Departamento de Cadastro e na Conservatória de Luanda desde o longínquo ano de 1921, conforme documentos apresentados à Direcção de Planeamento e Gestão Urbana como um dos herdeiros do referido talhão, via materna. O cidadão angolano, filho das terras boas do Golungo e lustre membro da sociedade intelectual e política deste país que se chama Lopo do

Nascimento. como surgem então estas ocupações" militar" de propriedades cujos donos e herdeiros são cidadãos de corpo inteiro, ante o olhar impávido e sereno das autoridades que nos comandam e do emperrado sistema de justiça, ao ponto de o Presidente da República e dar ao trabalho de "despachar", como firmaram os desalojados, sobre questões que nem sequer deveriam ir à justiça caso as instituições funcionassem como em outras paragens onde a vida do cidadão decorre sem sobressaltos e sem inquietações com as faltas de água e luz. Façam-nos o favor. Coloquem ordem no circo.

2. Demolições flagelam Luanda

Jornal terra angolana-Abril de 2006

De acordo com o presidente da Habitat, Luís Araújo, a instituição que dirige vai recorrer também aos órgãos e justiça no sentido de pôr cobro, a situação das populações despojadas e consequentemente votadas ao abandono.

Para aquele activista dos direitos cívicos, tal posição foi assumida por considerar inaceitáveis as constantes ofensas sobre os direitos humanos, tendo desmentido ao mesmo tempo o argumento levantado pela coordenação do Projecto Nova Vida, segundo o qual, "as pessoas construíram em arredores do referido Projecto para tirar proveitos". O desmentido de Luís Araújo resulta do facto dos bairros Kambamba 1 e 2 existirem antes da construção do Projecto Nova Vida.

Por sua vez, António Ventura também do SOS Habitat, fez saber que vários recados foram já endereçados a Procuradoria-geral da Republica, no âmbito das competências que lhe são acometidas pela Lei Constitucional vigente no país, "mas o que temos recebido da Procuradoria Geral da Republica enquanto defensores da legalidade e dos direitos dos cidadãos é um mero silêncio".

No entanto, no período em que decorreram as demolições, um grupo de dez deputados da bancada parlamentar da UNITA, chefiada pelo presidente da mesma, o Embaixador, Alcides Sakala, deslocou-se ao local, para constatar in loco o sofrimento daquelas populações deixadas ao relento. «Abordado pelo nosso jornal, Alcides Sakala, garantiu que iria tomar algumas iniciativas junto da Assembleia Nacional para se fazer chegar as preocupações da população e que o mais importante "é que as populações sintam de facto os seus interesses salvaguardados, numa altura em que há um projecto de construção civil que está a avançar. O mais importante é parar com a violência. Não devia haver mais feridos, perseguições, mais prisões arbitrarias... "

No final da visita, o grupo parlamentar da UNITA, emitiu um comunicado onde declarou ter constatado no terreno, com muita apreensão, a

forma como estava a decorrer o processo de desalojamento de pacatos cidadãos indefesos, residentes nesses bairros da cidade de Luanda. Repudiou, nos termos mais energéticos as prisões arbitrarias que se verificaram nos últimos dias nesses bairros, assim como a utilização pelas forças da ordem de armas de fogo, que feriram gravemente uma criança de cinco anos no passado dia 13 de Março.

O grupo parlamentar da UNITA, apelou ainda ao Comando Geral da Polícia Nacional para tomar providencias no sentido de se parar com esta violência despropositada em tempo de paz e solicitou os bons officios de sua Excelência o Presidente da República de Angola, enquanto Chefe do governo no sentido de intervir nesse processo para se pôr cobro a esses actos que constituem flagrante violação dos direitos fundamentais dos cidadãos. O grupo parlamentar do Galo Negro acha ser possível encontrar soluções maishumanas que satisfaçam as partes envolvidas.